



A POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA E A RELAÇÃO DE PODER DO CONSELHO ESCOLAR

Maria Joyce Maia Costa Carneiro
Universidade Federal do Ceará
joycemc@seduc.ce.gov.br

Introdução

Procurou-se investigar, neste trabalho, os diversos aspectos que estão ligados diretamente à participação e a democracia no sistema de ensino público cearense. Nessa perspectiva, analisa-se o desenvolvimento dos processos de autonomia e descentralização da gestão do ensino, mais especificamente nas escolas públicas cearenses, verificando o nível de participação dos membros do Conselho Escolar-CE nas tomadas de decisões e definição de prioridades.

Buscou-se conhecer a relação de convivência democrática entre os membros da comunidade escolar, enfatizando os mecanismos adotados pelo sistema de ensino público estadual como a eleição de diretores e a implantação de Conselhos Escolares. Apesar de se reconhecer que há entraves para a consolidação de uma gestão voltada à plena participação, através dos organismos colegiados, assinalam-se as significativas alterações no direcionamento das políticas educacionais, resultantes da eleição de diretores das escolas públicas e da implantação dos Conselhos Escolares.

O contato direto que se tem com os problemas das escolas públicas do Ceará serviu de referencial para a construção da temática em torno do Conselho Escolar. A opção por este objeto de estudo foi incentivada, tam-



2000

Pôster

IV Congresso Internacional em Avaliação Educacional
Avaliação: Perspectivas para a Escola Contemporânea

bém, pela experiência de vida que se construiu ao longo da trajetória percorrida como educadora e pelo desejo de contribuir com a discussão sobre a qualidade da participação da comunidade.

O principal questionamento norteador deste trabalho pode ser assim resumido: – qual o papel do Conselho Escolar na promoção de uma prática efetivamente participativa, envolvendo todos os segmentos da escola (Núcleo Gestor, Grêmios Estudantil, Associação de Pais e Mestres, Congregação de Professores) na discussão, deliberação, execução, acompanhamento e na avaliação das questões relevantes da escola, no contexto da gestão democrática?

Para responder a essa pergunta, precisa-se fazer um estudo das relações de poder entre os membros dos diversos segmentos escolares. Sob essa perspectiva, o objeto deste estudo configurou-se na análise da atuação dos Conselhos Escolares das escolas públicas cearenses.

Dessa forma, o interesse maior foi identificar os entraves que bloqueiam o efetivo funcionamento desse organismo, como a falta de envolvimento da comunidade escolar na composição do Conselho Escolar; necessidade de conhecimento da comunidade escolar acerca de sua responsabilidade coletiva pelo bem público e direito a uma educação pública de qualidade; resistência de alguns diretores que temem perder sua “autoridade”, pois muitas vezes não permitem a democratização das ações.

Avaliando as Políticas Educacionais no Ceará

Com a implantação da gestão democrática na década de 1980, muitos Estados brasileiros desenvolveram



projetos inovadores voltados à integração da comunidade, tendo em vista a maior aproximação entre governo e sociedade civil. Entretanto, essa política educacional causou um profundo impacto no cotidiano e nas relações de poder no interior da escola.

Entende-se que a implementação da política educacional é uma etapa onde o Poder Público, por meio de seus órgãos de planejamento, formulação e deliberação, implanta programas e projetos capazes de provocar impactos que geram conseqüências positivas nos rumos dos serviços públicos prestados à sociedade, pelas instituições educativas. Dessa forma, a política educacional, como política pública, torna-se operativa quando desenvolve uma interação entre os atores governamentais e não governamentais através das idéias, dos recursos e das ações próprias. O que é corroborado pelo pensamento de Vieira (2001 p. 43):

A reflexão sobre o planejamento e a política educacional requer o entendimento dessas ações como formas de intervenção localizadas no âmbito da estrutura do Estado e, portanto, como ação de governo.

Nesse quadro da política educacional, a reforma alicerçada no *slogan* 'Todos pela educação de qualidade para todos', implantada pela Secretaria da Educação Básica do Ceará (SEDUC), a partir de 1995, teve como ícone central a gestão democrática e a autonomia escolar. O desejo de uma escola pública de qualidade está diretamente relacionado à gestão participativa, em que as pessoas inseridas no contexto da escola, tomam parte nas decisões e na definição das prioridades.

A efetivação dessa política se dá quando os agentes sociais reconhecem a necessidade de mudança. Des-



2002

Pôster

IV Congresso Internacional em Avaliação Educacional
Avaliação: Perspectivas para a Escola Contemporânea

sa forma, os professores, protagonistas da transformação educacional, buscam o desenvolvimento de um trabalho fundamentado na formação crítica dos cidadãos.

Vários estudiosos, dentre os quais Demo (1996); Avancine (1990); Bastos (2000); Gadotti (2000); Gandim (1999) e outros vêm analisando as relações de poder e os conflitos nas organizações públicas ou privadas. Os estudos sobre essa temática vêm se aprofundando, principalmente, sobre as origens, as formas de manifestações e as suas conseqüências em instituições educacionais, pois, o exercício do poder se caracteriza como um dos aspectos mais complexos (autoritarismo, abuso de poder, clientelismo, nepotismo e fisiologismo dentre outros) relacionados à gestão das escolas públicas.

Para Foucault (1986), o controle do poder extrapola o simples mecanismo corporal, interferindo no pensar, na forma do outro ser e fazer. Para esse autor, existe um novo poder que foi gestado a partir da eclosão da sociedade burguesa.

Este novo tipo de poder, que não pode mais ser transcrito nos termos da soberania, é uma das grandes invenções da sociedade burguesa: ele foi um instrumento fundamental para a constituição do capitalismo industrial e do tipo de sociedade que lhe é correspondido, este poder não soberano, alheio à forma da soberania, é o poder disciplinar (FOUCAULT, 1986, p. 83).

Foucault (1986) ressalta, ainda, que o poder, na realidade, só existe fundamentado num potencial de verdade interior que ele traz consigo, portanto é indissociável o poder da verdade que o produz. Dessa forma, o poder, no seu exercício como tal, precisa de um ponto de apoio que se estabelece na edificação de uma verdade absolu-



ta, devendo esta ser aceita por todos e, não apenas pelos dominantes do poder, mas, principalmente, devendo ser absorvido pelos dominados.

Para que o poder seja plenamente exercido este precisa apoiar-se num curso de verdade, porque as relações de poder não podem se dissociar se estabelecer, nem funcionar sem uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 1986, p. 87).

Geralmente, o poder nos aparece como algo distante, mas verificamos que é no cotidiano que se dá, principalmente em instituições educacionais nas quais, gestores com posturas autoritárias, reproduzem relações que divergem de uma prática democrática.

Segundo Foucault (1986), toda forma de saber produz poder. O poder, na visão desse filósofo, passa a ser controlado pela vigilância dos indivíduos, fazendo com que não se tenha a consciência da força que ele exerce e, conseqüentemente, não se cria na sua interferência no processo que estão vivenciando, colocando-se apenas como peça de um grande conjunto que tem uma missão naquele espaço que o consagrou para exercer o poder. De fato, o poder "... não é uma coisa que está num determinado lugar, mas algo que flui entre os sujeitos em relação; esta é uma característica inalienável dos relacionamentos humanos" (FOUCAULT, 1986, p. 15).

Portanto, se o poder ficar concentrado nas mãos de poucos, passará a ser controlado por essa minoria e esse controle será utilizado para manipular as pessoas envolvidas no espaço de trabalho, deixando-as sem opinião própria, persuadindo-as a adotarem o ponto de vista mais conveniente a uma minoria para solucionar uma determinada situação.



2004

Pôster

IV Congresso Internacional em Avaliação Educacional
Avaliação: Perspectivas para a Escola Contemporânea

Diante disso, a inserção da comunidade escolar na gestão democrática, pela via do Conselho Escolar, é imprescindível, pois visa a um processo de diálogo e intercâmbio entre a escola e a comunidade, onde se mobiliza a sociedade para a compreensão de seu papel e de seu compromisso, na busca de uma escola democrática, participativa, autônoma e de qualidade. A garantia da participação dos Conselhos Escolares com poder de decisão é fundamental para a sustentabilidade dos processos escolares e, para isso, é importante avaliar a forma como os conselheiros percebem a sua função dentro da escola.

Considerações Finais

A política traz em si o germe da sua própria contradição, porém buscam-se, como sujeitos sociais, a transformação da escola, como instituição norteadora por políticas públicas, em um instrumento a serviço da democratização e da participação, em um movimento de cidadania politizada.

Os resultados desta pesquisa fizeram entender que as legislações educacionais têm funcionado como mecanismos de regulação da prevalência do poder do diretor sob o poder representativo do Conselho Escolar, impondo critérios de proporcionalidade na participação aos segmentos organizados da comunidade escolar. Pôde-se, ainda, entender que os comportamentos e atitudes autoritárias, por parte do corpo docente e gestores, têm se caracterizado, em muitos casos, como um exercício de dominação sob os demais membros do Conselho, não valorizando a participação dos segmentos representativos de pais, alunos e funcionários.

Diante dessa realidade, entende-se que o poder ainda permanece, embora disfarçadamente, como uma



imposição da vontade de agentes sociais, que conseguem sobrepujar a força mobilizadora dos oponentes. Nesse sentido, a força social se manifestará, no repensar dessa estrutura de poder, quando as decisões forem tomadas coletivamente por toda a comunidade, de forma a atender aos interesses coletivos dos que se inserem no contexto escolar. Entretanto, não se faz uma mudança desse porte sem planejamento e sem o envolvimento da sociedade no processo da gestão democrática.

Conduzir um processo de gestão democrática parece fácil, quando se diz que todos são co-responsáveis, cabendo ao gestor exercer, com competência e habilidade, essa condução de forma a possibilitar a participação coletiva, na qual todos se envolvam de forma consciente e efetiva, conquistando-se, assim, uma gestão que se ajuste ao modelo de cidadão que se quer formar, consciente de seu papel dentro da sociedade.

É preciso, portanto, que se implemente um modelo de gestão democrático nas escolas públicas, que seja um elemento indutor e instigador das políticas públicas, que terá como finalidade básica o fortalecimento da cidadania e a garantia dos direitos humanos, políticos, sociais e civis, dentre outros, que combaterão as desigualdades econômicas e sociais, e que serão cruciais para a garantia do direito de toda sociedade brasileira.

Bibliografia

AVANCINE, Sérgio. **Daqui ninguém nos tira: mães na gestão colegiada da escola pública**. São Paulo: PUC, 1990 (Dissertação de Mestrado).

BASTOS, João Batista. (org.) **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DPA, 2000.

ISBN: 978-85-89872-42-3



2006

Pôster

IV Congresso Internacional em Avaliação Educacional
Avaliação: Perspectivas para a Escola Contemporânea

DEMO, Pedro. **Avaliação sob o olhar Propedêutico**. Campinas, Papyrus, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. ed., Rio de Janeiro: 1996.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio (org.) **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2000.

GANDIM, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

VEIGA, Zilah de Passos A. As instâncias Colegiadas da Escola. *In*: VEIGA, I.P.A. **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. São Paulo: Papyrus, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche *et al.* **Política e planejamento educacional**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

ISBN: 978-85-89872-42-3